UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

KAMILY VITÓRIA DE OLIVEIRA LOPES

O APAGAMENTO HISTÓRICO DOS POVOS INDÍGENAS DURANTE O BRASIL IMPÉRIO NOS LIVROS DIDÁTICOS

João Pessoa - PB
2026

O APAGAMENTO HISTÓRICO DOS POVOS INDÍGENAS DURANTE O BRASIL IMPÉRIO NOS LIVROS DIDÁTICOS

Trabalho de conclusão de curso (TCC) apresentado ao Curso de licenciatura em História da UFPB como requisito para a conclusão do curso de Graduação.

Orientadora: Dra. Ariane Norma De Menezes Sá

João Pessoa - PB

2026

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço aos meus pais, Ana Karla de Oliveira Lopes e Edvaldo dos Santos Lopes, por todo o amor, cuidado e apoio incondicional ao longo dessa jornada. Obrigada por sempre acreditarem em mim e por estarem presentes em todos os momentos. Pai, agradeço especialmente por me buscar todas as noites na parada de ônibus, obrigada por todo amor e dedicação. Sem vocês, nada disso seria possível.

Ao meu namorado, Maedson Diego Barbosa da Silva, por ser meu porto seguro nos momentos mais difíceis dessa caminhada. Obrigada por acreditar em mim, mesmo quando eu duvidava de mim mesma, por me apoiar nos momentos de estresse e por cuidar de mim com tanto amor, paciência e carinho. Caminhar ao seu lado e compartilhar a vida com você é, sem dúvida, um dos maiores privilégios que tenho.

Ao meu irmão, David Henrique de Oliveira Lopes, por sempre me apoiar nas decisões mais importantes da minha vida e por estar ao meu lado em todos os momentos. À minha cunhada Raquel pelo apoio durante essa trajetória.

Aos meus tios, Ana Kelly de Oliveira Pereira, Jonilson Fonseca dos Santos, Carlos Henrique de Oliveira Pereira e Oziane Ferreira da Costa, e aos meus primos João Henrique Ferreira de Oliveira e Vítor Oliveira Santos, por serem uma família tão acolhedora e por sempre transmitir a energia, o carinho e o incentivo necessários para que eu pudesse chegar até aqui.

Aos meus avós, Maria de Fátima de Oliveira Pereira (in memoriam), que com sua alegria, espontaneidade e forma leve de viver me ensinou muito sobre a vida e sobre quem eu sou. E ao meu avô, José Henrique Pereira Filho, que sempre me pergunta com carinho se a neta já “virou professora” para ensiná-lo a ler, lembrando-me constantemente do verdadeiro sentido da educação.

À minha cunhada, Maiza Danielle Barbosa da Silva, por estar sempre disposta a me ajudar, por seu apoio e pelas palavras de incentivo nos momentos em que mais precisei. À meu cunhado Makson Douglas Barbosa da Silva e meus

sogros Maria Barbosa da Silva e Manuel Barbosa da Silva por todo acolhimento e incentivo.

Aos meus amigos Carol e Marquinhos, por serem um alívio nos dias mais difíceis e por comemorarem cada conquista minha com tanta alegria.

Aos meus amigos Davi e Vítor, que conheci durante a graduação e com quem compartilhei tantos momentos importantes: os trabalhos, os estudos, as preocupações e também muitas risadas. Obrigada por caminharem comigo durante essa jornada e por todo o apoio mútuo.

À minha orientadora, Ariane Norma de Menezes Sá, por todo o apoio, dedicação e incentivo ao longo desta trajetória. Agradeço por sempre me encorajar a dar o meu melhor, por acreditar em mim nos momentos de insegurança e por me ajudar a manter o foco mesmo diante das dificuldades. Sua orientação foi fundamental não apenas para a realização deste trabalho, mas também para o meu crescimento acadêmico e pessoal. Muito obrigada, professora, sem sua orientação, nada disso seria possível.

Por fim, agradeço a todos vocês por fazerem parte da minha trajetória e por tornarem possível a realização deste trabalho. Cada gesto de apoio, carinho e incentivo foi fundamental para que eu chegasse até aqui, amo muito cada um de vocês.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar a forma como os povos indígenas são representados na historiografia e nos livros didáticos de História do 8º ano do Ensino Fundamental, com foco no período do Brasil Império. inicialmente, o estudo dedica-se à análise da produção historiográfica acerca dos povos indígenas ao longo do século XIX, evidenciando os processos de marginalização e silenciamento desses sujeitos na construção da história nacional. Em seguida, realiza-se uma análise comparativa de dois livros didáticos utilizados no estado da Paraíba, pertencentes às redes pública e privada de ensino, com o intuito de identificar de que maneira esses materiais abordam a presença indígena no período imperial. A metodologia adotada baseia-se na análise qualitativa dos conteúdos, considerando categorias como presença e ausência, formas de representação e articulação com propostas pedagógicas. Os resultados indicam que, embora existam avanços pontuais, os povos indígenas ainda são abordados de maneira limitada e pouco integrada às narrativas centrais, o que compromete a compreensão de seu protagonismo histórico. Por fim, o trabalho discute os desafios relacionados à incorporação das produções historiográficas no ensino básico, destacando a necessidade de uma abordagem mais crítica e plural no ensino de História.

Palavras-chave: Povos indígenas; Livro didático; Ensino de História; Brasil Império.

ABSTRACT

This study aims to analyze how Indigenous peoples are represented in historiography and in History textbooks for the 8th grade of Elementary Education, focusing on the period of the Brazilian Empire. Initially, the research examines the historiographical production concerning Indigenous peoples throughout the nineteenth century, highlighting the processes of marginalization and silencing of these subjects in the construction of national history. Subsequently, a comparative analysis is conducted of two History textbooks used in the state of Paraíba, one from the public education system and the other from the private sector, in order to identify how these materials address Indigenous presence during the imperial period. The methodology is based on a qualitative analysis of the content, considering categories such as presence and absence, forms of representation, and articulation with pedagogical proposals. The results indicate that, despite some specific advances, Indigenous peoples are still approached in a limited manner and are insufficiently integrated into the central historical narratives, which compromises the understanding of their historical agency. Finally, the study discusses the challenges related to the incorporation of historiographical production into basic education, emphasizing the need for a more critical and plural approach in the teaching of History.

Keywords: Indigenous peoples; Textbook; History teaching; Imperial Brazil.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....8
1. HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA DOS POVOS ORIGINÁRIOS NO BRASIL.....10
1.1 A construção da historiografia nacional no Brasil Império.....11
1.2 O lugar dos povos indígenas na historiografia tradicional.....12
1.3 Rupturas historiográficas: novas leituras sobre os povos originários..... 13
1.4 Historiografia indígena e disputas contemporâneas de memória..... 14
2. OS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL IMPÉRIO NOS LIVROS DIDÁTICOS..... 17
2.1 Análise dos livros didáticos.....17
2.1.1 Critérios de seleção dos livros didáticos..... 17
2.1.2 Procedimentos de análise.....18
2.2 ANÁLISE COMPARATIVA DOS LIVROS DIDÁTICOS A PARTIR DE CATEGORIAS METODOLÓGICAS.....18
2.2.1 - Presença e ausência dos povos indígenas na narrativa histórica..... 19
2.2.2 - Contextos e formas de menção aos povos indígenas: espaço quantitativo e localização do tema indígena no livro didático.....20
2.2.3 - Representações visuais e uso de imagens.....22
2.2.4 - Propostas de atividades pedagógicas e articulação com a BNCC.....23
3. HISTÓRIA INDÍGENA, ENSINO E LIVRO DIDÁTICO: DESAFIOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA ABORDAGEM CRÍTICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA.....25
CONCLUSÃO.....28
REFERÊNCIAS..... 30

INTRODUÇÃO

Desde o início da minha formação acadêmica – e até mesmo em momentos anteriores, durante o ensino básico – surgiu em mim um questionamento recorrente: por que os povos indígenas desaparecem dos livros didáticos quando se aborda o período imperial brasileiro? O que teria acontecido com esses diversos povos e por que, após determinado recorte temporal, sua presença passa a ser tratada de forma superficial ou simplesmente ausente nos materiais escolares?

Foi apenas ao ingressar na graduação em História que compreendi que, apesar de historicamente invisibilizados, os povos indígenas nunca deixaram de ser objeto de estudo na historiografia acadêmica. Essa constatação me levou a refletir sobre os processos de silenciamento e apagamento cultural presentes nos materiais didáticos utilizados nas escolas, especialmente no que diz respeito ao ensino da história do Brasil Império.

Diante disso, a escolha do tema do presente Trabalho de Conclusão de Curso justifica-se pela necessidade de problematizar o distanciamento existente entre a produção historiográfica e o ensino escolar, evidenciando como os povos indígenas continuam sendo marginalizados nas narrativas didáticas, mesmo diante dos avanços das pesquisas acadêmicas. Trata-se de reconhecer que a História do Brasil não pode ser contada de forma integral sem considerar o papel fundamental desses povos, frequentemente excluídos ou secundarizados pelos discursos oficiais.

Este trabalho tem como objetivo geral analisar o apagamento histórico dos povos indígenas nos livros didáticos de História do 8º ano do ensino fundamental, utilizados no estado da Paraíba, durante o período do Brasil Império. Para alcançar esse propósito, busca-se: (a) examinar a produção historiográfica sobre os povos indígenas no contexto imperial; (b) identificar práticas de silenciamento e marginalização presentes nos materiais didáticos; (c) comparar abordagens entre livros adotados na rede pública e privada de ensino; e (d) refletir sobre os desafios para a incorporação das pesquisas acadêmicas recentes no ensino básico, visando

contribuir para uma abordagem mais crítica e plural da história indígena nas escolas.

Partindo da compreensão da historiografia como um campo de disputas, silenciamentos e representações, conforme discutido por Escosteguy Filho e Salles (2013), esta pesquisa busca articular produção historiográfica, ensino de História e livro didático, estruturando-se em três capítulos. O primeiro dedica-se à análise da produção historiográfica acerca dos povos indígenas no período do Brasil Império. O segundo volta-se para o exame dos livros didáticos de História do 8º ano do Ensino Fundamental, articulando procedimentos metodológicos e análise comparativa dos materiais selecionados. Por fim, o terceiro capítulo propõe uma reflexão sobre os desafios da abordagem da história indígena na educação básica, considerando o papel do livro didático, da formação docente e das orientações curriculares.

1. HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA DOS POVOS ORIGINÁRIOS NO BRASIL

O propósito desse capítulo é analisar a produção historiográfica acadêmica acerca dos povos indígenas no contexto do Brasil Império, a partir da leitura e interpretação de autores considerados fundamentais para a compreensão da historiografia referente a essa temática. Parte-se do entendimento de que a historiografia não se limita à escrita dos acontecimentos do passado, mas constitui também um campo de reflexão sobre os sentidos atribuídos à História ao longo do tempo.

Nesse sentido, adota-se a concepção apresentada por Escosteguy Filho e Salles, segundo a qual a historiografia pode ser compreendida tanto como a escrita da História quanto como a reflexão sobre as transformações dessa escrita, ao longo do tempo, podendo ainda referir-se ao conjunto de obras produzidas sobre determinada temática histórica (Escosteguy Filho e Salles, 2013, p. 17). Neste estudo, privilegia-se essa segunda acepção, entendendo a historiografia como um conjunto de produções que, em diferentes contextos históricos e políticos, buscaram dar forma e significado à presença indígena na história do Brasil.

Ao considerar a produção historiográfica sob essa perspectiva, é importante destacar que ela não se constitui apenas como um exercício de memória ou registro, mas também como um espaço de disputas, silenciamentos e representações. Assim, ao observar de que maneira os povos indígenas aparecem — ou deixam de aparecer — nas obras históricas sobre o período imperial, torna-se possível compreender, de forma mais ampla, os mecanismos de invisibilização que acompanharam a construção da narrativa nacional e da identidade brasileira.

A reflexão proposta por Escosteguy Filho e Salles mostra-se fundamental para a compreensão desta pesquisa, ao afirmar que “só faz sentido questionarmos nossa produção historiográfica se admitirmos que pensar a história da história do Brasil significa refletir sobre nossa própria formação como país, como povo, como nação” (Escosteguy Filho e Salles, 2013, p. 17). Nessa perspectiva, analisar a forma como os povos indígenas foram abordados, marginalizados ou silenciados na historiografia ultrapassa uma dimensão meramente descritiva, configurando-se

como um exercício crítico sobre os modos de construção da narrativa histórica nacional.

Dessa forma, a problematização das ausências e das formas limitadas de inserção dos povos indígenas na historiografia não se restringe a uma constatação empírica, mas busca evidenciar como essas lacunas participam ativamente da construção da ideia de Brasil. Ao questionar tais representações, abre-se espaço para uma reinterpretação da formação histórica do país, reconhecendo que os povos indígenas não desapareceram, mas resistiram e continuam atuando historicamente. Sua exclusão ou marginalização nas narrativas históricas revela, portanto, dimensões centrais dos projetos políticos e culturais que marcaram - e ainda marcam - a sociedade brasileira.

1.1 A construção da historiografia nacional no Brasil Império

Em um país marcado por fortes identificações étnicas, sociais e regionais, tornava-se necessário constituir uma identidade nacional. Nesse contexto, observa-se uma “busca pela elaboração de uma consciência historiográfica própria” (Escosteguy Filho e Salles, 2013, p. 39). Havia diversas manifestações indígenas em curso; contudo, o objetivo do Império era o fortalecimento da identidade nacional, o que implicava, necessariamente, o fortalecimento do próprio Estado imperial. As políticas indigenistas, entretanto, não se adequaram ao ideal identitário pretendido e, por essa razão, contribuíram para o apagamento histórico dos povos indígenas. Ainda que as políticas indigenistas tenham se mostrado significativas nesse período, observa-se uma constante tentativa de silenciar a história indígena e de assimilá-la ao discurso oficial, por meio de ações políticas marcadas pela manipulação e pela catequização.

Nessa busca pela identidade nacional foi criado o “IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro) fundado em 1838 sob o aval e proteção do império brasileiro. Os primeiros intelectuais do IHGB tinham intenções de escrever a história do Brasil buscando exaltar os feitos dos portugueses, em busca de garantir uma identidade nacional que enfatizasse a unidade, camuflando todos os conflitos sociais as

diferenças, os diversos costumes e variedades culturais existentes no território brasileiro” (BORGES, 2013, pág. 160). Assim, a identidade nacional construída no século XIX não foi resultado da diversidade que caracterizava o território brasileiro, mas de um projeto seletivo que, ao privilegiar determinados grupos e experiências, silenciou outros, como os povos indígenas.

1.2 O lugar dos povos indígenas na historiografia tradicional

Adolfo Varnhagen foi um dos precursores da escrita da história nacional do Brasil no século XIX, “Varnhagen construiu uma forma de olhar para o passado brasileiro, foi assim que julgou representar com sua história nacional a integridade do Brasil entre as histórias das nações, uma integridade já representada pela monarquia” (Sá, 2024, pág. 282). Sendo uma história mais tradicional em que expressava uma imagem pejorativa dos povos indígenas.

A escrita de Varnhagen tinha como objetivo central exaltar os feitos da corte portuguesa no Brasil, legitimando o império, e formando assim uma identidade nacional. “Nessa perspectiva, Varnhagen representa a história brasileira tendo como referência os portugueses e sua bravura frente à colonização” (BORGES, 2013, pág. 163). A narrativa historiográfica construída por Varnhagen não surge de uma ideia sua, mas foi inspirada por autores, que, assim como ele, exaltavam as figuras europeias e rebaixavam os povos menos favorecidos, como os povos indígenas e negros.

A marginalização dos povos indígenas na historiografia tradicional não pode ser compreendida como um simples esquecimento, mas como resultado de escolhas narrativas alinhadas a projetos políticos e ideológicos do século XIX. Ao priorizar a história das elites e da monarquia, essa escrita histórica reforçou estereótipos negativos sobre os povos indígenas, frequentemente apresentados como obstáculos ao progresso ou como grupos destinados ao desaparecimento.

Porém Varnhagen, diferente dos outros autores, vai além, ele tenta construir uma identidade nacional a partir da exaltação do império. Para isso, essa história não poderia ter conflitos, insatisfações, exclusões e etc. “Nessa perspectiva,

indígenas e negros não são dignos de aparecer nos relatos sobre o Brasil, já que a historiografia da época almejava a consolidação de um território homogêneo, com tendência à unidade, no qual as tensões sociais seriam acobertadas.” (BORGES, 2013, pág. 164). Essa perspectiva contribuiu diretamente para a consolidação de uma memória histórica que excluiu os povos indígenas da narrativa nacional, repercutindo não apenas na produção acadêmica posterior, mas também nas narrativas escolares e nos livros didáticos, tema que será aprofundado a seguir.

1.3 Rupturas historiográficas: novas leituras sobre os povos originários

Em contrapartida à historiografia tradicional, destaca-se a produção de Capistrano de Abreu, que surge posteriormente com uma proposta diferente, de interpretação da história do Brasil. A escolha de Varnhagen e Capistrano de Abreu, neste trabalho ,tem como objetivo apresentar dois pontos de vista diferentes acerca de um mesmo período histórico, especialmente no que se refere a forma como os povos indígenas são inseridos na narrativa histórica.

Capistrano de Abreu apresenta uma escrita orientada por uma perspectiva distinta, situada por volta de 1900, em um contexto “influenciado pelo positivismo/cientificismo, período em que se pensava que a sociedade poderia ser estudada como as ciências da natureza, submetida a leis e sob o ideal empírico passível de resultados objetivos.” (BORGES, 2013, pág. 167). Sua trajetória intelectual é marcada por diferentes vieses interpretativos, o que o levou a construir uma narrativa da história do Brasil substancialmente distinta daquela elaborada por Varnhagen.

Nesse sentido, Capistrano de Abreu passa a privilegiar uma abordagem histórica centrada nos povos indígenas, grupos historicamente marginalizados, enfatizando o cotidiano e as experiências sociais, em oposição à exaltação do Império e das elites políticas. “Outro fato curioso é que, segundo Reis, Abreu atribui o elemento exótico ao europeu e ao negro, que teria chegado ao território posteriormente aos indígenas, sendo o português o primeiro elemento exótico, o invasor e o colonizador; e o negro o segundo, importado da África para desenvolver a mão-de-obra.”(BORGES, 2013, pág. 168).

Diferentemente de Varnhagen, Capistrano de Abreu não oculta os conflitos do período; ao contrário, essa postura evidencia a principal distinção entre os dois autores. Enquanto Varnhagen constrói uma narrativa que legitima o Império e silencia os conflitos sociais, Capistrano de Abreu desloca o foco para os sujeitos marginalizados, rompendo com a tradição historiográfica oficial, e elabora uma narrativa que contribui para uma compreensão mais complexa da história brasileirae para a valorização do protagonismo indígena.

1.4 Historiografia indígena e disputas contemporâneas de memória

Ao longo da história do Brasil, os povos indígenas foram submetidos a diversas formas de repressão e violência, realidade que, ainda hoje, permanece presente. Na contemporaneidade, esses povos continuam a lutar pelo reconhecimento e pela garantia de seus direitos, o que torna fundamental que suas trajetórias históricas não sejam apagadas. A preservação dessas narrativas possibilita à sociedade compreender quais direitos foram historicamente usurpados dessas populações e reforça a responsabilidade coletiva, enquanto cidadãos, de não permitir a perpetuação dessas violações.

Um exemplo recente desse cenário é o Marco Temporal, instituído pela Lei nº 14.701/2023, segundo o qual os povos indígenas somente teriam direito à demarcação de terras caso comprovasse a ocupação dessas áreas na data da promulgação da Constituição Federal, em 5 de outubro de 1988. Essa tese ganhou destaque a partir do julgamento da disputa territorial envolvendo a Terra Indígena Raposa Serra do Sol, no estado de Roraima.

Para evidenciar a diferença entre a concepção de terra presente na sociedade não indígena e aquela construída pelos povos originários, apresenta-se o texto de Ailton Krenak, liderança indígena, que destaca:*““Os índios têm muita terra!”, ou “Muita terra para pouco índio”, esse discurso ignorante não sabe que as terras que nós habitamos são patrimônio da União, e que nós temos apenas o usufruto desses territórios. Em nenhuma das nossas culturas ou tradições existe a ideia de ser proprietário da terra. Isso é um vírus dos brancos que vem sendo inseminado nas cabeças, inclusive, dos brasileiros pobres, colonos, sem-terra. O povo indígena*

nunca quis ser dono da terra. Na maioria dessas culturas, a terra é respeitada pelo seu sentido sagrado."(KRENAK, 2022, Pág. 41).

A exigência de comprovação da ocupação territorial anterior a 1988 revela-se profundamente injusta, uma vez que desconsidera as condições históricas às quais os povos indígenas foram submetidos ao longo do processo de colonização e formação do Estado brasileiro. Tal exigência ignora a violência sistemática, as expulsões forçadas, os deslocamentos compulsórios e as políticas de expropriação territorial que marcaram a trajetória desses povos, tornando inviável a preservação de registros formais de ocupação contínua da terra.

Outro ponto fundamental para esta pesquisa é a compreensão do que se denomina apagamento histórico, a fim de entendermos como esse processo ainda incide sobre os povos indígenas na contemporaneidade. O apagamento histórico refere-se à eliminação, ocultação ou minimização de acontecimentos, sujeitos, culturas e experiências de determinados grupos sociais nas narrativas oficiais, produzindo uma memória histórica seletiva. No caso dos povos indígenas, esse apagamento manifesta-se, por exemplo, na negação da diversidade de suas sociedades, na redução de sua participação no período Imperial e na desconsideração de suas continuidades históricas. É importante distinguir esse conceito de outros processos correlatos.

É importante distinguir esse conceito de outros processos correlatos. O silenciamento diz respeito à negação do direito de fala e de autoria histórica aos próprios sujeitos indígenas, isto é, à exclusão de suas vozes, perspectivas e formas de interpretar o passado e o presente. Já a invisibilização ocorre quando, mesmo existindo e resistindo, esses povos são representados como ausentes ou irrelevantes no cenário social contemporâneo, sendo frequentemente associados apenas ao passado, como se não fossem agentes históricos do tempo presente.

Portanto, enquanto o apagamento atua na construção das narrativas históricas, o silenciamento opera na interdição das vozes indígenas, e a invisibilização se expressa na negação de sua presença atual. Esses três processos articulam-se e se reforçam mutuamente, contribuindo para a manutenção de

estereótipos e desigualdades. Embora a historiografia brasileira tenha avançado significativamente na revisão dessas perspectivas e na valorização do protagonismo indígena, tais transformações nem sempre alcançam o ensino básico, especialmente os livros didáticos.

A análise da produção historiográfica evidencia que os povos indígenas nunca estiveram ausentes da história do Brasil, mas foram, em muitos momentos, marginalizados ou silenciados em função de projetos políticos e identitários específicos. Compreender essas disputas no campo da historiografia é fundamental para analisar de que maneira tais interpretações repercutem no ensino de História. Nesse sentido, o capítulo seguinte volta-se para a análise dos livros didáticos utilizados no 8º ano do Ensino Fundamental, buscando identificar como a temática indígena é abordada no contexto do Brasil Império.

2. OS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL IMPÉRIO NOS LIVROS DIDÁTICOS

2.1 Análise dos livros didáticos

2.1.1 Critérios de seleção dos livros didáticos

O primeiro livro analisado é História: Sociedade & Cidadania – 8º ano, de Alfredo Boulos Júnior. A escolha dessa obra justifica-se por ser o material atualmente adotado pela rede municipal de ensino da Paraíba,o que permite aproximar a pesquisa da realidade concreta dos recursos didáticos utilizados em sala de aula. Considerando que, frequentemente, os professores dispõem de recursos limitados e de pouco tempo para a elaboração das aulas, devido à sobrecarga de trabalho e à extensa demanda de conteúdos, o livro didático acaba sendo utilizado, muitas vezes, como o principal ou até mesmo o único suporte pedagógico.

O segundo livro analisado nesta pesquisa é o livro didático Kepler: História – 8º ano, utilizado em uma escola privada no estado da Paraíba. A escolha desse material possibilita estabelecer um contraponto em relação ao livro anteriormente analisado, utilizado na rede pública de ensino, permitindo assim uma comparação entre materiais didáticos empregados em contextos educacionais distintos. Dessa forma, ao longo deste capítulo, busca-se identificar possíveis diferenças e convergências nas abordagens presentes nos dois livros, especialmente no que diz respeito à representação e ao tratamento da temática indígena no período do Brasil Império.

2.1.2 Procedimentos de análise

Inicialmente, irei examinar o sumário do livro didático, a fim de localizar o capítulo correspondente ao período do Brasil Império, delimitado como recorte temporal da pesquisa. Em seguida, realizarei uma leitura analítica desses capítulos, orientada identificação de referências aos povos indígenas. A investigação concentrou-se tanto no texto-base quanto nos recursos didáticos que o compõem, como imagens, boxes informativos e atividades pedagógicas. Foram consideradas como categorias de observação: (a) a presença ou ausência de sujeitos indígenas na narrativa histórica; (b) os contextos em que são mencionados; (c) o uso de representações visuais; (d) o espaço quantitativo destinado à temática inígena; e (e) as propostas de atividades relacionadas ao tema.

Esses elementos possibilitam avaliar de que maneira o material didático constrói, marginaliza ou silencia a participação indígena no período analisado contribuindo para a compreensão das escolhas narrativas e pedagógicas presentes nos livros didáticos.

A definição dos critérios de seleção dos livros didáticos e dos procedimentos de análise estabelece as bases metodológicas desta pesquisa. A partir desses elementos, torna-se possível avançar para uma análise comparativa dos materiais selecionados, apresentada no capítulo seguinte, no qual os livros didáticos serão examinados a partir de categorias metodológicas específicas.

2.2 ANÁLISE COMPARATIVA DOS LIVROS DIDÁTICOS A PARTIR DE CATEGORIAS METODOLÓGICAS

Os livros didáticos analisados neste capítulo são História: Sociedade & Cidadania – 8º ano, de Alfredo Boulos Júnior, publicado pela Editora FTD, e Kepler: História – 8º ano, obra coletiva publicada pela editora Santillana. Ambos são destinados ao 8º ano do Ensino Fundamental e organizam seus conteúdos a partir da unidade temática “O Brasil no século XIX”, conforme orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). As obras apresentam estrutura editorial consolidada, com autoria identificada, uso de recursos didáticos variados - como

textos explicativos, imagens, ilustrações e boxes de apoio - e propostas de atividades pedagógicas, o que possibilita sua análise comparativa a partir de categorias metodológicas comuns.

Para evitar uma análise meramente descritiva baseada na sequência dos capítulos dos livros didáticos, optou-se por uma abordagem comparativa orientada por categorias metodológicas. A partir dessas categorias, busca-se identificar padrões de presença, ausência, silenciamento e deslocamento narrativo da temática indígena na abordagem do Brasil Império nos materiais didáticos analisados.

A utilização dessas categorias permite compreender de que maneira os povos indígenas são incorporados ou excluídos da narrativa histórica apresentada nos livros didáticos, bem como identificar aproximações e diferenças entre os materiais utilizados na rede pública municipal de João Pessoa e aqueles adotados em instituições privadas de ensino.

2.2.1 - Presença e ausência dos povos indígenas na narrativa histórica

A análise dos dois livros didáticos evidencia que a presença dos povos indígenas na narrativa sobre o Brasil Império é marcada por ausências significativas, sobretudo nos capítulos centrais que tratam da formação do Estado imperial, das disputas políticas e das transformações econômicas do século XIX.

No livro **História: Sociedade & Cidadania**, de Alfredo Boulos Júnior, adotado na rede pública municipal de João Pessoa, observa-se que os povos indígenas estão ausentes em grande parte dos capítulos dedicados a temas centrais da narrativa política do período, como a chegada da Família Real, o processo de independência e o Primeiro Reinado. Ao longo do capítulo dedicado à chegada da corte portuguesa e à emancipação política do Brasil, por exemplo, não há qualquer menção aos povos indígenas, mesmo diante das profundas transformações administrativas, territoriais e econômicas decorrentes da instalação da corte no território brasileiro.

Situação semelhante pode ser observada no livro **Kepler: História – 8º ano**, utilizado em uma escola privada da cidade de João Pessoa. Nos capítulos

dedicados à Independência do Brasil e ao Primeiro Reinado, os povos indígenas também aparecem de forma bastante limitada ou completamente ausentes da narrativa principal. Essa ausência torna-se ainda mais significativa quando se considera que o processo de construção do Estado nacional brasileiro ocorreu em um território marcado pela presença de inúmeros povos indígenas.

Quando os povos indígenas aparecem nos livros analisados, sua presença costuma ocorrer de forma pontual e, muitas vezes, secundária em relação aos acontecimentos centrais da narrativa histórica. Em geral, não são apresentados como sujeitos históricos diretamente envolvidos nos processos políticos do período, como nas disputas entre grupos políticos, nas revoltas provinciais ou nas transformações institucionais do Império.

Essa dinâmica evidencia que o apagamento indígena não ocorre apenas pela ausência total desses povos na narrativa histórica, mas também pela forma como sua presença é limitada e marginalizada no interior do discurso historiográfico escolar. Dessa forma, os povos indígenas acabam sendo excluídos da história política do século XIX, reforçando a ideia implícita de que estariam ausentes dos processos históricos que marcaram a formação do Brasil imperial.

2.2.2 - Contextos e formas de menção aos povos indígenas: espaço quantitativo e localização do tema indígena no livro didático

Além da análise da presença ou ausência dos povos indígenas nos capítulos dedicados ao Brasil Império, é importante observar também em quais contextos e espaços do livro didático essas menções ocorrem. A análise dos materiais evidencia que, quando os povos indígenas são mencionados, isso ocorre frequentemente em espaços periféricos da narrativa, como boxes laterais, seções complementares ou textos de apoio.

Esse processo pode ser compreendido como um deslocamento narrativo, no qual determinados sujeitos históricos são retirados do eixo central da narrativa e posicionados em espaços secundários do texto. Dessa forma, embora sejam

brevemente mencionados, não participam efetivamente da construção do argumento histórico principal.

No livro **História: Sociedade & Cidadania**, observa-se que as poucas referências aos povos indígenas aparecem de maneira genérica ou associadas a elementos culturais. Um exemplo disso ocorre no capítulo dedicado ao período regencial, no qual os povos indígenas são mencionados como parte dos diferentes grupos sociais envolvidos nas revoltas provinciais, sem qualquer especificação sobre quais povos estariam presentes nesses processos históricos. Essa forma de apresentação contribui para a homogeneização das populações indígenas, ignorando a diversidade existente entre as diferentes sociedades originárias.

Outro exemplo ocorre em seções complementares como “Para saber mais” ou “Para refletir”, nas quais aparecem breves referências ao chamado “legado indígena” em determinadas regiões do país. Embora essas seções apresentem informações relevantes, sua localização fora do desenvolvimento principal do capítulo contribui para deslocar a temática indígena para um espaço secundário dentro da narrativa histórica.

No livro **Kepler: História**, observa-se uma dinâmica semelhante. Em alguns momentos, os povos indígenas aparecem em boxes ou seções específicas dedicadas à política indigenista ou à construção da identidade nacional. Embora esses espaços tragam discussões relevantes, como reflexões sobre a exclusão dos povos indígenas da Constituição de 1824 ou sobre a idealização da figura do indígena na literatura indianista, essas discussões permanecem separadas do desenvolvimento central da narrativa histórica.

Além disso, o espaço quantitativo destinado à temática indígena é bastante reduzido quando comparado aos demais conteúdos abordados nos capítulos. Em geral, a temática aparece em poucos parágrafos ou em boxes isolados, sem continuidade ao longo dos capítulos.

Essa combinação entre redução do espaço quantitativo e localização periférica do tema evidencia que os povos indígenas ocupam um lugar secundário na hierarquia narrativa dos livros didáticos analisados.

2.2.3 - Representações visuais e uso de imagens

A análise das representações visuais presentes nos livros didáticos também contribui para compreender de que maneira os povos indígenas são representados, ou invisibilizados, na narrativa histórica sobre o Brasil Império.

De modo geral, observa-se uma presença bastante limitada de imagens que retratem povos indígenas no contexto do século XIX. Nos capítulos dedicados à Independência do Brasil, ao Primeiro Reinado e ao Segundo Reinado, predominam imagens relacionadas às elites políticas, às lideranças imperiais ou a representações clássicas da historiografia nacional, como a pintura **Independência ou Morte**, de Pedro Américo.

Embora, ambos os livros apresentem silenciamentos semelhantes, o material da escola privada **Kepler: História** demonstra preocupação em relacionar a temática indígena com a contemporaneidade, ao trazer em texto e fotografia, o exemplo do rapper indígena **Kunumi MC**, que utiliza o rap como forma de luta pelos direitos de seu povo na atualidade, ainda que de maneira periférica. Diferentemente desse material, o livro **História: Sociedade & Cidadania,** não apresenta representações visuais dos povos indígenas contemporâneos.

Quando os povos indígenas aparecem visualmente, em apenas uma ocasião no livro **História: Sociedade & Cidadania** em duas vezes no livro **Kepler: História** essas imagens estão associadas a representações literárias, como aquelas relacionadas ao indianismo romântico do século XIX. Um exemplo é a presença de imagens ligadas à obra **Iracema**, de José de Alencar, que apresenta uma representação idealizada e romantizada do indígena como símbolo da identidade nacional.

Esse tipo de representação contribui para reforçar uma visão estereotipada dos povos indígenas, associando-os mais frequentemente ao passado mítico da formação nacional do que à sua atuação histórica concreta no período imperial. Além disso, a ausência de imagens contemporâneas principalmente no livro **História: Sociedade & Cidadania,** ou de representações que evidenciem a

diversidade dos povos indígenas reforça uma percepção limitada e homogênea dessas populações.

Assim, observa-se que o apagamento dos povos indígenas nos livros didáticos analisados não ocorre apenas no plano textual, mas também no plano visual, contribuindo para a construção de uma narrativa histórica que marginaliza a presença desses povos na história do Brasil.

2.2.4 - Propostas de atividades pedagógicas e articulação com a BNCC

A análise das atividades propostas aos estudantes nos livros didáticos também permite avaliar o potencial pedagógico desses materiais para o desenvolvimento de uma reflexão crítica sobre a presença dos povos indígenas na história do Brasil.

Nos dois livros analisados, observa-se que as atividades propostas ao final dos capítulos concentram-se majoritariamente na retomada de conteúdos relacionados às disputas políticas do período imperial, às transformações econômicas e às revoltas provinciais. Em grande parte das questões propostas, não há qualquer referência à participação ou à situação histórica dos povos indígenas.

No livro **História: Sociedade & Cidadania**, essa ausência torna-se ainda mais evidente, uma vez que, mesmo nos capítulos em que os povos indígenas são brevemente mencionados no conteúdo, eles não aparecem nas atividades propostas aos estudantes. Dessa forma, a temática indígena não é incorporada ao processo de reflexão e análise histórica promovido pelas atividades pedagógicas.

No livro **Kepler: História**, embora existam alguns momentos em que a temática indígena aparece em boxes de reflexão, sua presença nas atividades propostas ainda é bastante limitada. Em alguns casos específicos, são propostas questões relacionadas à construção da identidade nacional e à representação idealizada do indígena no século XIX; no entanto, essas discussões permanecem restritas a espaços específicos do material didático, separados do desenvolvimento central dos capítulos.

Essa dinâmica evidencia um distanciamento entre as orientações presentes na **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)** e o que efetivamente é trabalhado nos livros didáticos. A BNCC prevê o desenvolvimento de habilidades voltadas à compreensão das relações entre povos indígenas, formação territorial e construção da sociedade brasileira, como a habilidade **EF08HI21**. No entanto, a ausência de atividades que problematizam a atuação histórica dos povos indígenas limita as possibilidades de desenvolvimento dessas competências no contexto escolar.

Assim, a análise demonstra que, embora os livros didáticos mencionem a temática indígena em determinados momentos, essa presença não se traduz de forma consistente em propostas pedagógicas que incentivem uma reflexão crítica sobre o papel dos povos indígenas na história do Brasil.

A análise comparativa dos livros didáticos evidencia que o apagamento dos povos indígenas no contexto do Brasil Império ocorre de forma recorrente, manifestando-se tanto na narrativa textual quanto nas representações visuais e nas propostas pedagógicas. Esses resultados apontam para desafios que ultrapassam os materiais analisados, remetendo a questões mais amplas relacionadas ao ensino de História, à formação docente e às orientações curriculares. Diante disso, o capítulo seguinte propõe uma reflexão sobre os desafios para a construção de uma abordagem crítica da história indígena na educação básica.

3. HISTÓRIA INDÍGENA, ENSINO E LIVRO DIDÁTICO: DESAFIOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA ABORDAGEM CRÍTICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

A análise histórica dos livros didáticos permite identificar a presença de um processo de apagamento dos povos indígenas nas narrativas sobre o Brasil Império. A partir dessa constatação, torna-se evidente a necessidade de investir na formação de professores, de modo a ampliar a compreensão sobre a história e o protagonismo indígena.

> Como destacam **Goveia et al.**, Apesar de avanços pontuais no reconhecimento de direitos, às populações indígenas continuam a enfrentar desafios significativos, que incluem a disputa por terras, a marginalização cultural e a exclusão de espaços de poder e decisão. Compreender esses processos é essencial não apenas para reparar injustiças históricas, mas também para construir uma sociedade que valorize e respeite sua diversidade étnica e cultural. (GOVEIA ET AL*, 2025, Pág. 03).*

Nesse sentido, torna-se importante promover uma formação docente mais consistente e aprofundada sobre a temática indígena, possibilitando que esses sujeitos sejam abordados de maneira crítica e integrada no ensino de História.

É possível compreender que, muitas vezes, as limitações do currículo e da carga horária dificultam que o docente da educação básica aprofunde determinados temas em sala de aula. No entanto, é relevante considerar a diversidade e a presença dos povos indígenas ao longo de um processo tão importante e extenso da história do Brasil.

A inclusão dessas discussões no ensino de História contribui para que os discentes compreendam não apenas o passado, mas também os conflitos e debates presentes na atualidade, desenvolvendo uma consciência histórica que lhes permita refletir sobre questões contemporâneas, como a demarcação de terras indígenas. Nesse sentido, **Ailton Krenak** destaca que:

> Diante desse cenário, a resistência indígena se apresenta como um movimento fundamental para a preservação das culturas e da diversidade. Apesar das adversidades, os povos indígenas têm encontrado formas de reafirmar suas identidades, seja por meio da recuperação de suas línguas, da luta pela demarcação de terras ou da preservação de suas tradições espirituais e culturais. Esses movimentos não apenas desafiam o apagamento histórico, mas também oferecem

> perspectivas valiosas para a construção de um futuro mais equitativo e sustentável (Krenak, 2022, pág. 12).

Outro aspecto que merece destaque é a forte dependência do livro didático no cotidiano escolar. Muitas vezes, diante da rotina intensa e da falta de tempo para planejamento, os professores acabam utilizando o livro didático como principal ou único recurso em suas aulas. Nesse contexto, é importante ampliar o uso de outras fontes e materiais didáticos, de modo a enriquecer o processo de ensino e aprendizagem e possibilitar uma abordagem mais ampla e crítica da história, que contemple a diversidade cultural existente no Brasil.

Na **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**, no 8º ano do Ensino Fundamental, dentro da unidade temática **“O Brasil no século XIX”**, está previsto o objeto de conhecimento **“Políticas de extermínio do indígena durante o Império”**. Para esse conteúdo, a BNCC estabelece a habilidade **(EF08HI21)**, que propõe identificar e analisar as políticas oficiais voltadas aos povos indígenas durante o período imperial.

Entretanto, embora exista uma habilidade específica que orienta o estudo dos povos indígenas nesse contexto histórico, a análise dos livros didáticos evidencia que essa proposta nem sempre se concretiza nos materiais utilizados em sala de aula. Dessa forma, observa-se um distanciamento entre o que é previsto pela BNCC e o que efetivamente é apresentado pelas editoras em seus livros didáticos.

Diante disso, torna-se necessário fortalecer o diálogo entre universidades, pesquisadores e editoras, de modo que os avanços das pesquisas acadêmicas possam chegar de forma mais efetiva à educação básica. Além disso, é fundamental que ocorram atualizações periódicas dos livros didáticos, permitindo que essas produções acadêmicas sejam incorporadas ao ensino de História. Paralelamente, destaca-se também a importância do uso de fontes e materiais complementares em sala de aula, contribuindo para ampliar as abordagens e promover uma compreensão mais crítica e plural da história do Brasil.

As reflexões desenvolvidas ao longo deste capítulo evidenciam que os desafios relacionados ao ensino da história indígena não se limitam ao conteúdo dos livros didáticos, mas envolvem escolhas pedagógicas, curriculares e políticas que influenciam a construção do conhecimento histórico escolar. Esses elementos

contribuem para a compreensão dos resultados apresentados nesta pesquisa, os quais serão retomados e sistematizados na conclusão a seguir.

CONCLUSÃO

Em síntese, este trabalho abordou a produção historiográfica acerca dos povos indígenas no contexto do Brasil Império, bem como analisou de que maneira esses sujeitos são representados em livros didáticos utilizados no estado da Paraíba. A partir desse percurso, foi possível identificar que, apesar dos avanços na produção acadêmica sobre a temática, tais transformações ainda não se refletem de forma consistente nos materiais didáticos analisados.

A investigação evidenciou a permanência de lacunas na forma como os povos indígenas são inseridos nas narrativas escolares, o que limita a compreensão de sua atuação e protagonismo no século XIX. Além disso, constatou-se que a presença desses sujeitos ocorre, em muitos casos, de maneira pontual e pouco articulada aos conteúdos centrais, o que contribui para uma visão parcial da formação histórica do Brasil.

Também se observou a existência de desafios na circulação do conhecimento historiográfico no ensino básico, especialmente no que se refere à incorporação das pesquisas mais recentes nos materiais didáticos. Esse cenário reforça a importância de uma maior articulação entre universidades, pesquisadores, editoras e professores, a fim de possibilitar a construção de abordagens mais atualizadas e críticas no ensino de História.

As contribuições de Keila Grinberg e Ricardo Salles permitem compreender que a marginalização das populações indígenas na narrativa histórica está relacionada à construção de determinados projetos políticos e identitários no Brasil Imperial. Desse modo, a forma como esses sujeitos são representados, ou pouco abordados, nos materiais didáticos revela escolhas que influenciam diretamente a construção da memória histórica.

Diante disso, este trabalho reafirma a relevância social e educacional do estudo dos povos indígenas no ensino básico, contribuindo para a construção de uma consciência histórica mais plural e crítica. Por fim, destaca-se que a presença limitada desses sujeitos nos livros didáticos não decorre da ausência de produção

acadêmica sobre o tema, mas de escolhas políticas, editoriais e pedagógicas que influenciam a construção do conhecimento histórico escolar.

REFERÊNCIAS

Fontes

BOULOS JÚNIOR, Alfredo. *História: sociedade & cidadania – 8º ano do ensino fundamental: anos finais*. 1. ed. São Paulo: FTD, 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: https://basenacionalcomum.mec.gov.br/. Acesso em: 11 jan. 2026.

KEPLER. *História – 8º ano: livro do professor*. São Paulo: SIEDUC – Soluções Inovadoras em Educação Ltda.; Santillana, 2021.

Bibliografia

BORGES, Lukas Magno. Indígenas e negros nas perspectivas historiográficas de Francisco Adolfo Varnhagen (1816–1878) e João Capistrano de Abreu (1853–1927): precursores da história do Brasil e da construção da identidade nacional. *Building the Way – Revista do Curso de Letras da UnU-Itapuranga*, v. 3, n. 1, 2013. Disponível em: http://www.prp.ueg.br/revista/index.php/buildingtheway

ESCOSTEGUY FILHO, João Carlos; SALLES, Ricardo. *História da historiografia brasileira*. v. 1. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2013.

GOVEIA, André Ribeiro de. *A invisibilidade dos povos indígenas*. [S.l.]: Seven Publicações Acadêmicas, [s.d.]. 2025.

KRENAK, Ailton. Quando o povo indígena descobriu o Brasil. In: PONTES, A. L. M. et al. (orgs.). *Vozes indígenas na saúde: trajetórias, memórias e protagonismos*. Belo Horizonte: Piseagrama; Rio de Janeiro: Fiocruz, 2022. p. 36–69.

MOREIRA, Adriano de Lavor. “Ser índio deixou de ser sinônimo de escondido no mato”: uma conversa sobre visibilidade com Ailton Krenak. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 65, n. 3, 2022.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. *A anotação e a escrita: sobre a história em capítulos de João Capistrano de Abreu*. 2006.

SÁ, Ana Priscila de Sousa. Varnhagen, o IHGB e a escrita de uma história geral. *Revista Eletrônica Trilhas da História*, v. 13, n. 27, edição especial, 2024.

SAMPAIO, Patrícia Melo. Política indigenista no Brasil imperial. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial: 1808–1831*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.